

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjcdcdh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 1236/2019-PGJ, DE 10.4.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e ouvido o egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

R E S O L V E :

Remover, por antiguidade, a 2ª Promotora de Justiça de Ivinhema, Juliana Martins Zaupa, símbolo MP-23, para a 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí, de igual entrância (Processo PGJ/10/0980/2019).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1207/2019-PGJ, DE 9.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Aroldo José de Lima 5 (cinco) dias de férias compensatórias, referentes ao recesso forense de 22 a 31 de dezembro de 1993, a serem usufruídos no período de 22 a 26.4.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1208/2019-PGJ, DE 9.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4077/2018-PGJ, de 3.12.2018, na parte que concedeu o 2º período de férias ao Procurador de Justiça Silasneiton Gonçalves, de forma que, onde consta: “8 a 17.4.2019”; passe a constar: “8 a 17.5.2019”.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1204/2019-PGJ, DE 8.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Terenos, Eduardo de Araujo Portes Guedes, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências de custódia da comarca de Batayporã, no dia 8.4.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1209/2019-PGJ, DE 9.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Talita Zoccolaro Papa Muritiba 5 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 1º a 5.4.2019, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1210/2019-PGJ, DE 9.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo 7 (sete) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2017 a 6 de janeiro de 2018, por ter atuado no período de 20 a 28.12.2017, a serem usufruídos no período de 2 a 8.5.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1211/2019-PGJ, DE 9.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Simone Almada Goes 8 (oito) dias de licença por luto, a partir de 25.3.2019, em razão do falecimento de sua avó, nos termos do artigo 156 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1212/2019-PGJ, DE 9.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público Estadual abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante as seguintes Zonas Eleitorais, em razão de ausência dos titulares, conforme o quadro a seguir:

ZE	PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	MOTIVO	TITULAR
5ª	Fabricio Secafen Mingati	15 a 26.4.2019	Licença	Alexandre Rosa Luz
16ª	Estéfano Rocha Rodrigues da Silva	25.3 a 1º.4.2019	Licença	Simone Almada Goes

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1213/2019-PGJ, DE 9.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Moisés Casarotto 3 (três) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2016 a 6 de janeiro de 2017, por ter atuado no período de 27.12.2016 a 1º.1.2017, a serem usufruídos no período de 15 a 17.4.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1214/2019-PGJ, DE 9.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 6º Promotor de Justiça da comarca de Três Lagoas, Jui Bueno Nogueira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Supervisão das Promotorias de Justiça Criminais da referida Comarca, no período de 15 a 17.4.2019, em razão de férias, e no dia 22.4.2019, em razão de compensação pela atuação perante o Mutirão do Júri do titular, Promotor de Justiça Moisés Casarotto.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1215/2019-PGJ, DE 9.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Convocar os Promotores de Justiça Daniella Costa da Silva, Fabrícia Barbosa Lima, Lia Paim Lima, Ludmila de Paula Castro Silva, Moisés Casarotto, Patrícia Almirão Padovan, Paulo Leonardo de Faria e Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira, Diretores dos Núcleos Regionais das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de Mato Grosso do Sul, para participarem da 1ª Reunião Ordinária de 2019, que ocorrerá na sala de reuniões da Procuradoria-Geral de Justiça, no dia 26 de abril de 2019, às 14h, em Campo Grande/MS.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1216/2019-PGJ, DE 9.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 6º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Jui Bueno Nogueira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 2ª Vara Criminal da referida Comarca, no dia 1º.4.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1217/2019-PGJ, DE 9.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Moisés Casarotto 1 (um) dia de compensação por sua atuação perante o Mutirão do Júri da comarca de Dourados, no dia 22.11.2016, a ser usufruído no dia 22.4.2019, nos termos do § 2º do artigo 2º da Resolução nº 24/2016-PGJ, de 28.9.2016.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1218/2019-PGJ, DE 9.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Clovis Amauri Smaniotto 19 (dezenove) dias de férias regulamentares referentes ao período aquisitivo 2016/2017, a serem usufruídos no período de 8 a 26.4.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1219/2019-PGJ, DE 9.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro	17 e 18.11.2018	29 e 30.4.2019
Douglas Silva Teixeira	4.12.2016	12.4.2019
Juliana Nonato	27 e 31.5.2018	2 e 3.5.2019
Rosalina Cruz Cavagnoli	22.4.2016	22.5.2019
Wilson Canci Junior	16 e 17.11.2018	2 e 3.5.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1220/2019-PGJ, DE 9.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 21 a 28.5.2018, a ser usufruído no dia 5.4.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1221/2019-PGJ, DE 9.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Marcos Fernandes Sisti 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 22 a 29.10.2018, a serem usufruídos nos dias 24 e 25.6.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1226/2019-PGJ, DE 9.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Aquidauana, José Maurício de Albuquerque, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Dois Irmãos do Buriti, no dia 12.4.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1228/2019-PGJ, DE 9.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, ouvido o egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

R E S O L V E :

Autorizar o Promotor de Justiça de Deodápolis, Anthony Allison Brandão Santos, a residir na comarca de Glória de Dourados, nos termos da Resolução Conjunta nº 001/2008-PGJ/CGMP, de 8 de maio de 2008, e da Resolução nº 26, de 17 de dezembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público (Processo PGJ/10/2663/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1233/2019-PGJ, DE 9.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça de Nioaque, Mariana Sleiman Gomes, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Anastácio, no dia 9.4.2019, no período matutino.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1234/2019-PGJ, DE 9.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 6º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Jui Bueno Nogueira, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Cível e Criminal da referida Comarca, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 9.4.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1235/2019-PGJ, DE 9.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Antonio Carlos Garcia de Oliveira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Supervisão das Promotorias de Justiça Cíveis e Especializadas da referida Comarca, pelo período de 1 (um) ano, a contar de 11.4.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1237/2019-PGJ, DE 10.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar os Promotores de Justiça Renzo Siufi e Juliane Cristina Gomes para, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, comporem o Comitê Gestor Estadual para a Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica de MS (CEESRAD), pelo período de 1 (um) ano, e revogar a Portaria nº 1382/2016-PGJ, de 12.5.2016, com a redação dada pela Portaria nº 1675/2017-PGJ, de 23.5.2017, que designou os Promotores de Justiça Cristina Beraldo de Andrade e Plínio Alessi Junior.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1238/2019-PGJ, DE 10.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar o 1º Promotor de Justiça de Camapuã, Lindomar Tiago Rodrigues, a se ausentar da referida Comarca, no dia 10.4.2019, para participar da II Reunião Ordinária (biênio 2018/2020) do Conselho Fiscal da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, CONAMP, em Brasília/DF.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 1206/2019-PGJ, DE 8.4.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

RESOLVE:

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas, e suas modificações, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 588/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Isabela Diamante Teixeira de Sousa	2016/2017	6 a 15.3.2018	6 a 15.5.2019		8 a 17.10.2018

PORTARIA Nº 3459/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Carla Janaina Barbosa	2017/2018	9 a 18.1.2019	22.4 a 1º.5.2019		26.11 a 5.12.2018

PORTARIA Nº 4142/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Aline Andressa Coelho de Oliveira	2017/2018	7 a 16.1.2019	8 a 17.7.2019		27.1 a 5.2.2019
Delenda Alves Teixeira Lino	2017/2018	6 a 15.5.2019	15 a 24.7.2019		7 a 16.1.2019
Ivan Arruda Santos	2017/2018	7 a 16.1.2019	3 a 12.6.2019	16 a 25.10.2019	
Myrian Raquel Rodrigues da Silva	2016/2017	7 a 16.1.2019	8 a 17.7.2019		1º a 10.2.2019

PORTARIA Nº 053/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Bruna Berto de Castro	2018/2019	2 a 11.5.2019	14 a 23.10.2019		4 a 13.2.2019

Passe a constar:

PORTARIA Nº 588/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Isabela Diamante Teixeira de Sousa	2016/2017	6 a 15.3.2018	1º a 10.10.2019		8 a 17.10.2018

PORTARIA Nº 3459/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Carla Janaina Barbosa	2017/2018	9 a 18.1.2019	1º a 10.7.2019		26.11 a 5.12.2018

PORTARIA Nº 4142/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Aline Andressa Coelho de Oliveira	2017/2018	7 a 16.1.2019	1º a 10.7.2019		27.1 a 5.2.2019
Delenda Alves Teixeira Lino	2017/2018	15 a 24.7.2019	14 a 23.10.2019		7 a 16.1.2019
Ivan Arruda Santos	2017/2018	7 a 16.1.2019	10 a 19.6.2019	16 a 25.10.2019	
Myrian Raquel Rodrigues da Silva	2016/2017	7 a 16.1.2019	1º a 10.7.2019		1º a 10.2.2019

PORTARIA Nº 053/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Bruna Berto de Castro	2018/2019	24.6 a 3.7.2019	14 a 23.10.2019		4 a 13.2.2019

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1201/2019-PGJ, DE 8.4.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Werner Vinicius da Silva Bezerra, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 4 (quatro) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 1º a 4.4.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1222/2019-PGJ, DE 9.4.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Andreia Daiane Vargas, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Pagamento, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Execução Financeira, nos dias 12, 15, 16 e 17.4.2019, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense da titular, Márcia Corrêa Duarte Hoffmeister.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO COLENO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, EM REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

7. Processos das Comissões Permanentes:**7.1. Processo PGJ/10/2585/2018**

Requerente: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região

Assunto: Cessão de uso gratuito da antiga sede das Promotorias de Justiça de Aparecida do Taboado.

Comissão de Assuntos Administrativos e Financeiros: Procuradores de Justiça Antonio Siufi Neto, Presidente; Edgar Roberto Lemos de Miranda, Membro; e Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, Secretária.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, por maioria, vencido o Procurador de Justiça Dr. Gilberto Robalinho da Silva, com a abstenção da Procuradora de Justiça Dra. Irma Vieira de Santana e Anzoategui, aprovou a cessão de uso gratuito da antiga sede das Promotorias de Justiça de Aparecida do Taboado, nos termos do parecer da Comissão de Assuntos Administrativos e Financeiros, com a ratificação da decisão anteriormente proferida nos autos pelo Procurador-Geral de Justiça.

7.2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2018.00002633-8

Requerente: Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Alteração das atribuições e da regra de substituição automática dentre os Promotores de Justiça Cíveis de Dourados.

Comissão de Regimentos e Normas: Procuradores de Justiça Francisco Neves Junior, Presidente; Gerardo Eriberto de Moraes, Membro; e Alexandre Lima Raslan, Secretário.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou a alteração da Resolução nº 018/2010-PGJ, de 9 de setembro de 2010, que fixa as atribuições das Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para redefinir as atribuições das Promotorias de Justiça Cíveis da comarca de Dourados, nos termos do parecer da Comissão de Regimentos e Normas.

7.3. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2018.00003126-3

Requerente: Procurador-Geral de Justiça

Assunto: Viabilidade de instalação da 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí.

Comissão de Regimentos e Normas: Procuradores de Justiça Francisco Neves Junior, Presidente; Gerardo Eriberto de Moraes, Membro; e Alexandre Lima Raslan, Secretário.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou a alteração da Resolução nº 018/2010-PGJ, de 9 de setembro de 2010, que fixa as atribuições das Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências, para instalação da 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí, nos termos do parecer da Comissão de Regimentos e Normas.

7.4. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2019.00000508-0

Requerente: Procurador-Geral de Justiça

Assunto: Consolidar a instalação da Promotoria de Justiça da comarca de Coronel Sapucaia, bem como a elevação da Promotoria de Justiça de Terenos.

Comissão de Regimentos e Normas: Procuradores de Justiça Francisco Neves Junior, Presidente; Gerardo Eriberto de Moraes, Membro; e Alexandre Lima Raslan, Secretário.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou a alteração da Resolução nº 018/2010-PGJ, de 9 de setembro de 2010, que fixa as atribuições das Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para instalação da Promotoria de Justiça da comarca de Coronel Sapucaia e elevação, para a segunda entrância, da Promotoria de Justiça da comarca de Terenos, nos termos do parecer da Comissão de Regimentos e Normas.

7.5. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2019.00000541-4

Requerente: Procurador-Geral de Justiça

Assunto: Analisar eventual necessidade da criação de cargos de Promotor de Justiça.

Comissão de Assuntos Administrativos e Financeiros: Procuradores de Justiça Antonio Siufi Neto, Presidente; Edgar Roberto Lemos de Miranda, Membro; e Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou o Projeto de Lei Complementar que modifica o anexo da Lei Complementar nº 72, 18.1.1994, que transforma e cria cargos de Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos do parecer da Comissão de Assuntos Administrativos e Financeiros.

8. Assuntos Institucionais:

8.1. Eleição do Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, para o mandato de dois anos.

Deliberação: O Colégio, por aclamação, elegeu o Procurador de Justiça Silasneiton Gonçalves como Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça para o mandato de dois anos.

8.2. Eleição das Comissões Permanentes do Colégio de Procuradores de Justiça, para o mandato de dois anos.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, elegeu as Comissões Permanentes do Colégio de Procuradores de Justiça, para o mandato de 2(dois) anos, conforme o art. 12, do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça (Resolução nº 004/2016-CPJ, de 5.9.2016), a saber:

Comissão de Assuntos Institucionais e Defesa de Prerrogativas:

Presidente: Dr. Sérgio Luiz Morelli; Membro: Dr. Mauri Valentim Riciotti; Secretária: Dr^a Jaceguara Dantas da Silva; 1^a Suplente: Dr^a Lucienne Reis D Ávila; 2^a Suplente: Dr^a Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

Comissão de Regimentos e Normas: Presidente: Dr. Francisco Neves Júnior; Membro: Dr. Gerardo Eriberto de Moraes; Secretário: Dr. Alexandre Lima Raslan; 1º Suplente: Dr. Helton Fonseca Bernardes; 2º Suplente: Dr. Silasneiton Gonçalves.

Comissão de Assuntos Administrativos e Financeiros: Presidente: Dr. Antonio Siufi Neto; Membro: Dr. Edgar Roberto Lemos de Miranda; Secretária: Dr^a Mara Cristiane Crisóstomo Bravo; 1^a Suplente: Dr^a Nilza Gomes da Silva; 2º Suplente: Dr. Luís Alberto Safraider.

Comissão de Assuntos Parlamentares: Presidente: Dr. Olavo Monteiro Mascarenhas; Membro: Dr. Hudson Shiguer Kinashi; Secretário: Dr. Sérgio Fernando Raimundo Harfouche; 1º Suplente: Dr. João Albino Cardoso Filho; 2ª Suplente: Dr^a Marigô Regina Bittar Bezerra.

8.3. Memorando nº 02/2019/OUV, de 15.1.2019, o Ouvidor do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul encaminha o Relatório Estatístico referente às manifestações registradas no quarto trimestre de 2018 na Ouvidoria, bem como o Relatório Analítico referente ao segundo semestre do ano de 2018.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, tomou ciência do Memorando nº 02/2019/OUV, de 15.1.2019.

8.4. Referendar a Portaria nº 4305/2018-PGJ, de 17.12.2018, que concedeu *ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça ao Corregedor-Geral do Ministério Público Marcos Antonio Martins Sottoriva, 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 12 a 19.11.2018, que foram usufruídos nos dias 17, 18 e 19.12.2018.

Deliberação: o Colégio, à unanimidade, referendou.

8.5. Referendar a Portaria nº 398/2019-PGJ, de 4.2.2019, que concedeu *ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça ao Corregedor-Geral do Ministério Público Marcos Antonio Martins Sottoriva, 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 12 a 19.11.2018, que foram usufruídos nos dias 30 e 31.1 e 1º.2.2019.

Deliberação: o Colégio, à unanimidade, referendou.

8.6. Referendar a Portaria nº 4344/2018-PGJ, de 17.12.2018, que concedeu *ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça ao Procurador-Geral de Justiça Paulo Cezar dos Passos, 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 7 a 15.1.2018, que foram usufruídos nos dias 9, 10 e 11.1.2019.

Deliberação: o Colégio, à unanimidade, referendou.

8.7. Referendar a concessão de diárias ao Procurador-Geral de Justiça, Paulo Cezar dos Passos. (Processos PGJ/10/4172/2018, PGJ/10/4372/2018, PGJ/10/4373/2018, PGJ/10/4419/2018, PGJ/10/4523/2018 e PGJ/10/0223/2019).
Deliberação: o Colégio, à unanimidade, referendou.

Campo Grande, 9 de abril de 2019.

SILASNEITON GONÇALVES
Procurador de Justiça
Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça

ESCOLA SUPERIOR

AVISO Nº 10/2019-ESMP-MS

A Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, ESMP-MS, em um evento idealizado em parceria com a Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo, ESMP-SP, comunica a abertura das inscrições para o II CONGRESSO HISPANO-BRASILEIRO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL, que será realizado em Madrid, Espanha, no período de 17 a 21/6/19, com custo de inscrição no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), não inclusas passagem e hospedagem, sem ônus para a Administração Superior do Ministério Público.

As vagas disponibilizadas aos membros do Ministério Público de Mato Grosso do Sul para o evento foram limitadas a 5 (cinco), razão pela qual, havendo maior número de interessados, o preenchimento se dará por sorteio.

Os interessados deverão manifestar intenção de participar do referido evento, até às 8h do dia 16 de abril do corrente ano, encaminhando sua solicitação ao e-mail: escoladomp@mpms.mp.br.

Para maiores informações sobre o evento, entrar em contato com a ESMP-MS pelo endereço escoladomp@mpms.mp.br e/ou pelo telefone (67) 3316-4070.

Campo Grande/MS, 9 de abril de 2019.

JACEGUARA DANTAS DA SILVA
Diretora-Geral da ESMP-MS

GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS

AVISO Nº 058/2019-GED

XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Procurador de Justiça e Coordenador da Gestão de Estagiários de Direito, torna pública a relação dos candidatos aprovados no XXI Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul que manifestaram a opção de **DESISTÊNCIA FORMAL** da vaga de estágio.

1.1 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE CAMPO GRANDE DIREITO - NÍVEL GRADUAÇÃO - VESPERTINO

CANDIDATO	POSIÇÃO	CONVOCAÇÃO
ENZO FIORI MARTELI	108º	Aviso nº 054/2019-GED (DOMP nº 1939 de 01/04/2019)

1.2 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE CAMPO GRANDE
DIREITO - NÍVEL GRADUAÇÃO - VESPERTINO

CANDIDATO	POSIÇÃO	CONVOCAÇÃO
RAFAEL BULGAKOV KLOCK RODRIGUES	9º	Aviso nº 036/2019-GED (DOMP nº 1904 de 06/02/2019)

1.3 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE TRÊS LAGOAS
DIREITO NÍVEL GRADUAÇÃO-VESPERTINO

CANDIDATO	POSIÇÃO	CONVOCAÇÃO
SARAH HELEN BEVILAQUA	16º	Aviso nº 054/2019-GED (DOMP nº 1939 de 01/04/2019)

DIREITO NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

CANDIDATO	POSIÇÃO	CONVOCAÇÃO
YASMIN LOZANO VITAL	4º	Aviso nº 054/2019-GED (DOMP nº 1939 de 01/04/2019)

Campo Grande, 10 de abril de 2019.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA
Procurador de Justiça
Gestão de Estagiários de Direito

AVISO Nº 059/2019-GED

XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Procurador de Justiça e Coordenador da Gestão de Estagiários de Direito, torna pública a relação dos candidatos que manifestaram opção de **DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA** da vaga de estagiário, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionados em último lugar na fila dos aprovados, nos termos do item 8, X do Edital nº 001/2018 de 23.03.2018, publicado no DOMP nº 1700, de 26 de março de 2018.

1.1 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE CAMPO GRANDE
DIREITO NÍVEL GRADUAÇÃO-VESPERTINO

CANDIDATO	POSIÇÃO	CONVOCAÇÃO
LETÍCIA ELLER MARQUES DE ALMEIDA	89º	Aviso nº 040/2019-GED (DOMP nº 1907 de 11/02/2019)
ARIANY SOPHIA PEREIRA BRUSCHI	109º	Aviso nº 054/2019-GED (DOMP nº 1939 de 01/04/2019)
RENATA PULCHÉRIO CARLOTTO	111º	Aviso nº 054/2019-GED (DOMP nº 1939 de 01/04/2019)

DIREITO NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

CANDIDATO	POSIÇÃO	CONVOCAÇÃO
LETÍCIA NATALIA RIBEIRO DA SILVA SANTOS	46º	Aviso nº 054/2019-GED (DOMP nº 1939 de 01/04/2019)

Campo Grande, 10 de abril de 2019.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA
Procurador de Justiça
Gestão de Estagiários de Direito

AVISO Nº 060/2019-GED**XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Procurador de Justiça e Coordenador da Gestão de Estagiários de Direito, declara a **DECADÊNCIA** do direito de ser empossado dos candidatos aprovados no XXI Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul abaixo relacionados, vez que tais candidatos não apresentaram a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados nos Avisos correspondentes.

**1.1 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE CAMPO GRANDE
DIREITO NÍVEL GRADUAÇÃO-VESPERTINO**

CANDIDATO	POSIÇÃO	CONVOCAÇÃO
KEVELIN DA SILVA PEREIRA	88º	Aviso nº 040/2019-GED (DOMP nº 1907 de 11/02/2019)
GIOVANNA EMMANUELLE FIGUEIREDO BARBOSA	112º	Aviso nº 054/2019-GED (DOMP nº 1939 de 01/04/2019)

**1.2 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE CORUMBÁ
DIREITO NÍVEL GRADUAÇÃO-MATUTINO**

CANDIDATO	POSIÇÃO	CONVOCAÇÃO
JEAN MAICON ALLE PEREIRA	6º	Aviso nº 040/2019-GED (DOMP nº 1907 de 11/02/2019)

**1.3 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE DOURADOS
DIREITO NÍVEL GRADUAÇÃO-VESPERTINO**

CANDIDATO	POSIÇÃO	CONVOCAÇÃO
ISABELA CALDERAN SILVEIRA	8º	Aviso nº 036/2019-GED (DOMP nº 1904 de 06/02/2019)

Campo Grande, 10 de abril de 2019.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA
Procurador de Justiça
Gestão de Estagiários de Direito

AVISO Nº 061/2019-GED**XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Procurador de Justiça e Coordenador da Gestão de Estagiários de Direito, **CONVOCA** os candidatos aprovados no XXI Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso Nº 001/2018-GED, de 02 de agosto de 2018, publicado no DOMP nº 1788, /de 03 de agosto de 2018, para a **entrega dos documentos necessários ao credenciamento**.

Os candidatos convocados deverão comparecer, nos locais, nos dias e horários mencionados no quadro abaixo, munidos dos documentos relacionados nos itens 11 e 13, capítulo X do Edital nº 001/2018, de 23 de março de 2018, publicado no DOMP nº 1700, de 26 de março de 2018, especificados, respectivamente, no Item 2 desse Aviso.

1.1 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE CAMPO GRANDE

LOCAL: GED – Gestão de Estagiários de Direito – situada no prédio do Ministério Público Estadual, localizada à rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira, Campo Grande.

DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO**VESPERTINO**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
17.04.2019	8h15min	JORDANA PALÁCIO FERNANDES	113°
17.04.2019	8h30min	GUILHERME JOSE MELOTO	114°
17.04.2019	8h45min	EDSON ANTONIO DUARTE NETO	115°
17.04.2019	9h	VICTOR AUGUSTO VARELLA DE ARAUJO	116°
17.04.2019	9h15min	VINICIUS TRENNEPOHL DA ROSA	117°
17.04.2019	9h30min	MATHEUS PELZL FERREIRA	118°
17.04.2019	9h45min	MARIA CLARA DIB AGUIRRA	119°
17.04.2019	10h	CAROLINE GARCIA DE REZENDE	120°
17.04.2019	10h15min	LUIZ GUILHERME MEDINA	121°
17.04.2019	10h30min	SAMIR DE SOUZA DIAS	122°
17.04.2019	10h45min	THAYNARA ANDRELLO BETINI	123°
17.04.2019	13h15min	IGOR JUNIOR HOPPEN VARÃO	124°
17.04.2019	13h30min	LAVÍNIA MUNIZ TEODORO	125°
17.04.2019	14h	LUCAS YAHN SANTOS VIEIRA	126°
17.04.2019	14h15min	GABRIEL HENRIQUE DE SOUZA	127°

DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
17.04.2019	15h	ALEXANDRE DE PAULA TAMBANI	47°
17.04.2019	15h30min	VINICIUS DA SILVA CARVALHO	48°
17.04.2019	16h	FERNANDA ARISSA NISHIMURA	49°

1.2 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE CORUMBÁ

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado à rua América, 1880, Centro, Corumbá.

DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO**VESPERTINO**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
17.04.2019	09h	GEISIANE MACIEL DE MORAES	3°

1.3 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE DOURADOS

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado à rua João Corrêa Neto, 400, Santo Antônio, Dourados.

DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO**MATUTINO**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
17.04.2019	09h	YASMIN BELLIO ROMEIRA	10°
17.04.2019	9h15min	FELIPE SANTANA CARDOSO	11°

DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
17.04.2019	9h30min	FLÁVIA SANTIN TORRES	7°
17.04.2019	10h	ADRIEL SERÓDIO DE OLIVEIRA	8°
17.04.2019	10h15min	CARLA BARBOSA DE SOUZA	9°

1.4 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE NOVA ALVORADA DO SUL

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado à rua Marcelino Ridsen, 1040, Centro, Nova Alvorada do Sul.

DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
17.04.2019	9h	LARA MONTEIRO DE LIMA	4°

1.5 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE TRÊS LAGOAS

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado à rua Elviro Mário Mancine, 860, Centro, Três Lagoas.

DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO

VESPERTINO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
17.05.2019	9h	GUILHERME AUGUSTO FARIA VALENTE	20º

DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
17.04.2019	10h	MARIA BEATRIZ ARAUJO DA COSTA	5º

2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

2.1. Para admissão, o candidato **Bacharel em Direito de Nível Superior/Pós-Graduação** deverá apresentar os seguintes documentos:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1.	Fotocópia legível da Carteira de Identidade e do CPF
2.	02 (duas) fotografias 3x4, recentes e coloridas
3.	Comprovante da tipagem sanguínea
4.	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico
5.	Diploma de bacharel em Direito (fotocópia legível)
6.	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino em curso de Pós-Graduação em nível de Especialização, Mestrado ou Doutorado, desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas (Não será aceito documento que não contenha todas as informações)
7.	Certidão de inexistência de antecedentes criminais, onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos, emitida pela Justiça Federal, Justiça Estadual, Polícia Federal, Polícia Estadual
8.	Declaração de ausência dos impedimentos previstos no art. 50 e no art. 42 da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.07.2010 e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
9.	Ficha de Cadastro (disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
10.	Declaração de que não exerço função em diretoria de partido político;
11.	Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)

2.2. Para admissão, o candidato de **Nível Superior/Graduação** deverá apresentar os seguintes documentos:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1.	Fotocópia legível da Carteira de Identidade e do CPF
2.	02 (duas) fotografias 3x4, recentes e coloridas
3.	Comprovante da tipagem sanguínea
4.	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico
5.	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, constando as seguintes informações: ano letivo, turno, semestre, número de dependências de disciplinas (se houver) e data prevista para conclusão do curso (Não será aceito documento que não contenha todas as informações)
6.	Certidão de inexistência de antecedentes criminais, onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos, emitida pela Justiça Federal, Justiça Estadual, Polícia Federal, Polícia Estadual
7.	Declaração de ausência dos impedimentos previstos no art. 50 e no art. 42 da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.07.2010 e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
8.	Ficha de Cadastro (disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
9.	Declaração de que não exerço função em diretoria de partido político;
10.	Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)

Previsão expressa no EDITAL N.º 001/2018-GED, no capítulo “X - Da Convocação e Admissão”, item 4, antes da entrega dos documentos necessários ao credenciamento: “O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, ou apresentar-se no local informado no “e-mail” e aviso de convocação, no **prazo de 03 (três) dias úteis**, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção”.

O “e-mail” em que a manifestação dos candidatos da aérea de Direito deverá ser enviada é o seguinte: ged@mpms.mp.br.

Campo Grande, 10 de abril de 2019.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA
Procurador de Justiça
Gestão de Estagiários de Direito

COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS

EDITAL N.º 15/2019

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos do Ministério Público, designada pela Portaria nº 2215/2018, de 29.06.2018, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público nº 1765, de 02.07.2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 15/2019, referente aos documentos da Centro de Apoio Operacional do Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência-CAODCH, encaminhados para eliminação, através dos memorando memorando n.016/2019/CAODCH, nos termos do disposto do art. 11, inciso II, Parágrafo único da Resolução nº025-2018-PGJ, de 07 de fevereiro de 2018.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos (cpad@mpms.mp.br), até o dia 16.04.2019.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande, 10.04.2019

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS N.º 15/2019

PROVENIÊNCIA – (órgão Produtor)	PROCEDÊNCIA – (Órgão Responsável pelo arquivamento)		
Órgão / Setor- Centro de Apoio Operacional do Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência-CAODCH	Órgão / Setor- Centro de Apoio Operacional do Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência-CAODCH		
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
Classe e Subclasse: 000.002-Ofícios e memorandos expedidos 2010-2015; 000.003-Ofícios e memorandos recebidos, emails e avisos de recebimento 2005-2015; 000.007-Convite-2015; 000.015-Recomendação 2014-cópia; 000.017-Autos de Acompanhamento de processo judicial 2005-2014; 000.018-Autos de Acompanhamento de Procedimento administrativo e Preparatório 2005-2015; 000.032-Artigo 2015; 000.146-Portaria 2014-2015;	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 07.11.2018, os referidos documento já cumpriram seu prazo de guarda. Lista de Eliminação de Documentos nº 15/2019	Exercício 2005	Exercício 2015
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Adriana Cristina D. Gomes Spagnol Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos			

EDITAL Nº 16/2019**EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos do Ministério Público, designada pela Portaria nº 2215/2018, de 29.06.2018, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público nº 1765, de 02.07.2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 16/2019, referente aos documentos do Departamento de Apoio Administrativo-SEGAB encaminhados para eliminação através do memorando n.51/2019/SEGAB-PGJ, nos termos do disposto do art. 11, inciso II, Parágrafo único da Resolução nº025-2018-PGJ, de 07 de fevereiro de 2018.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos (cpad@mpms.mp.br), até o dia 16.04.2019.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande, 10.04.2019

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 16/2019

PROVENIÊNCIA – (órgão Produtor)		PROCEDÊNCIA – (Órgão Responsável pelo arquivamento)		
Órgão / Setor- Departamento de Apoio Administrativo-SEGAB		Órgão / Setor- Departamento de Apoio Administrativo-SEGAB		
TIPO DOCUMENTAL		JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMATIVO				
Classe e Subclasse: 000.002-Ofícios circulares-Segab e Guias de remessa 2010-2011; 000.003-Correspondências recebidas 2010-2011;		Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 07.11.2018, os referidos documento já cumpriram seu prazo de guarda. Lista de Eliminação de Documentos nº 16/2019	Exercício 2010	Exercício 2011
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Adriana Cristina D. Gomes Spagnol Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos				

EDITAL Nº 17/2019**EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos do Ministério Público, designada pela Portaria nº 2215/2018, de 29.06.2018, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público nº 1765, de 02.07.2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 17/2019, referente aos documentos da Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e Social, das Fundações e Eleitorais, encaminhados para eliminação, através de documento digitalizado sob o número 09.2019.00000841-1, nos termos do disposto do art. 11, inciso II, Parágrafo único da Resolução nº025-2018-PGJ, de 07 de fevereiro de 2018.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos (cpad@mpms.mp.br), até o dia 16.04.2019.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande, 10.04.2019

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 17/2019

PROVENIÊNCIA – (órgão Produtor)	PROCEDÊNCIA – (Órgão Responsável pelo arquivamento)		
Órgão / Setor- Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e Social, das Fundações e Eleitorais	Órgão / Setor- Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e Social, das Fundações e Eleitorais		
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMATIVO			
Classe e Subclasse: 000.001-Control de Processos e correspondências 2015; 000.002-Correspondências expedidas 2015; 000.003-correspondências recebidas 2012-2015; 000.018-Autos de Acompanhamento de Inquérito Civil 2013;	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 07.11.2018, os referidos documento já cumpriram seu prazo de guarda. Lista de Eliminação de Documentos nº 17/2019	Exercício 2012	Exercício 2015
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Adriana Cristina D. Gomes Spagnol Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos			

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE001136 DE 19.03.2019 DO PROCESSO PGJ/10/1075/2019.

Credor: A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 50/PGJ/2018 - **Ata Registro de Preços nº 19/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de recarga de extintor pó químico, cilindro com capacidade para 4 kg, (item 1); recarga de extintor água pressurizada, cilindro com capacidade para 10 litros, (item 4) e recarga de extintor CO², cilindro com capacidade para 6 kg, (item 5).

Valor total: R\$ 2.177,64 (dois mil, cento e setenta e sete reais e sessenta e quatro centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE001136 de 19.03.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE001137 DE 19.03.2019 DO PROCESSO PGJ/10/1075/2019.

Credor: A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 50/PGJ/2018 - **Ata Registro de Preços nº 19/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de teste hidrostático extintor AP 10 litros, (item 19) e teste hidrostático extintor CO² 6 kg, (item 20).

Valor total: R\$ 64,40 (sessenta e quatro reais e quarenta centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE001137 de 19.03.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE001514 DE 04.04.2019 DO PROCESSO PGJ/10/1392/2019.

Credor: COMERCIAL K&D LTDA - EPP.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 41/PGJ/2018 - **Ata Registro de Preços nº 14/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição projetor Multimídia, resolução nativa mínima de 1024 x 768 (XGA) ou superior; Lâmpada com vida útil de no mínimo 4.500 horas em modo normal e no mínimo 6.000 horas em modo econômico; Compatível no mínimo com os padrões VGA, SVGA, XGA e HDTV (480i, 480p, 576i, 576p, 720p, 1080i, 1080p). Deve possuir projeção em formato de tela 4:3; Lâmpada de projeção de no mínimo 3000 ANSI lumens; Tecnologia de formação de imagem 3LCD, DLP ou superior; Faixa de distâncias para projeção entre 1 e 10 metros; tamanho mínimo da imagem ou projeção de 30 polegadas a 250 polegadas. Deverá possuir entrada de Vídeo (RCA), VGA de 15 pinos e áudio; Alto-falante embutido de no mínimo 2W; Relação de contraste de no mínimo 10000:1; conexão HDMI; conexão USB; controle remoto sem fio; compatível com sinal de PAL, PAL-N, PALM, NTSC, NTSC4.43 e SECAM; Conexão à rede elétrica de 100 a 220V com ajuste automático. Deve possuir nível de ruído máximo de 34 (trinta e quatro) decibéis em modo econômico; Maleta de transporte inclusa. Garantia de no mínimo de 12 (doze) meses e no mínimo 3 (três) meses para a lâmpada. Marca/Modelo: Epson S41, (item 20).

Valor total: R\$ 4.040,00 (quatro mil e quarenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE001514 de 04.04.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE001535 DE 04.04.2019 DO PROCESSO PGJ/10/1405/2019.

Credor: HABITAR COMÉRCIO EM GERAL E SERVIÇOS EIRELI – ME.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 2/PGJ/2019 – Ata de Registro de Preço 2/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de açúcar refinado, branco, mistura homogênea, isento de matéria terrosa, livre de umidade e fragmentos estranhos, acondicionado em embalagem de polipropileno transparente ou leitosa, contendo 1kg. Especificação dos ingredientes e informações do fabricante estampados na embalagem, indústria brasileira, validade mínima de 6 (seis) meses. Marcas de referência: União, Alto Alegre, Único, Doçura, Neve, Guarani e Guacira. Marca: Guacira, (item 1).

Valor: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE001535 de 04.04.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 26/PGJ/2019.

Processo: PGJ/10/0610/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**;

2- **DEMARKA DECORAÇÕES E SERVIÇOS LTDA. - ME**, representada por **Marcia Helena de Campos Arce**.

Procedimento Licitatório: **Pregão Presencial nº 7/PGJ/2019.**

Amparo Legal: Lei nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993.

Objeto: Execução de serviços de revestimento acústico em placas de gesso, pintura e emassamento da parede e instalação de carpete com isolamento acústico na Sala 01 (50,20m²) e instalação de carpete com isolamento acústico na Sala 02 (50,20m²), na Escola Superior do Ministério Público, em Campo Grande/MS, incluindo o fornecimento de todo o material necessário.

Valor estimado total: R\$ 38.750,00 (trinta e oito mil, setecentos e cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000057 de 02.04.2019.

Vigência: 08.04.2019 a 04.10.2019.

Data de assinatura: 8 de abril 2019.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 4/PGJ/2019**PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/PGJ/2019-SRP**

DO OBJETO: Registro de Preços unitários para eventual aquisição de materiais de expediente (envelopes) e de acondicionamento e embalagem (caixas), ofertados pela empresa adiante identificada, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Envelope timbrado , confeccionado em papel branco, alta alvura, gramatura de no mínimo 75 g/m ² , formato ofício, medindo 11,5cm x 23,2cm. Impressão na frente do envelope, contendo os seguintes dizeres: "MPMS - Ministério Público - Mato Grosso do Sul", conforme modelo. Marca: Gráfica Espaço. Empresa vencedora: REZENDE & DINIZ NETO LTDA. - ME	Unidade	5.000	0,14
2	Caixa de papelão onda simples (tipo maleta), medindo 35 cm de altura x 36 cm de largura x 46 cm de comprimento, gramatura mínima do papelão: 400 g/m ² (espessura mínima de 3mm), tipo de onda: B, coluna: 4,5 Kgf/cm ou superior, com impressão lateral, contendo os seguintes símbolos: indicativo direcional (seta), frágil, não molhe e empilhamento máximo de 4 caixas. Marca: _____.	Unidade	2.500	Não registrado
3	Caixa de papelão onda simples (tipo maleta), medindo 18 cm de altura x 28 cm de largura x 35 cm de comprimento, gramatura mínima do papelão: 400 g/m ² (espessura mínima de 3mm), tipo de onda: B, coluna: 4,5 Kgf/cm ou superior, com impressão lateral, contendo os seguintes símbolos: indicativo direcional (seta), frágil, não molhe e empilhamento máximo de 4 caixas. Marca: _____.	Unidade	2.000	Não registrado

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 8 de abril de 2019.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

IVINHEMA

INQUÉRITO CIVIL N. 06.2018.00002002-2

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Pelo presente Termo de Ajustamento de Conduta, com fundamento no art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, alterado pelo art. 113 da Lei n. 8.078/90, o(s) abaixo qualificado(s) o celebram e se obrigam a cumprir as obrigações pactuadas.

TÍTULO I - DAS PARTES:

COMPROMITENTE: O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, neste ato representado pela Exma. Sra. Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupe, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema.

COMPROMISSÁRIO: MAURO ALVES DE SOUZA, brasileiro, casado, agricultor, portador da Cédula de Identidade RG n. 762163 SSP/PR, inscrito no CPF sob o n. 614.470.051-04, residente e domiciliado na Rua Angelo Del Grandi, n. 51, Bairro Guiray, neste município de Ivinhema/MS.

TÍTULO II - DESCRIÇÃO DO OBJETO:

O presente Termo de Ajustamento de Conduta tem por objeto a reparação dos danos ambientais causados no imóvel rural denominado Fazenda Japema, haja vista a extração de 08 (oito) árvores de médio e grande porte, sendo, 04 (quatro) Tarumãs, 02 (duas) Farinha Seca e 02 (duas) Cana Pistola, sem a licença do órgão ambiental.

TÍTULO III – DAS OBRIGAÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O Compromissário reconhece que era o responsável pela retirada de árvores esparsas, fora da área de reserva legal, sem autorização da autoridade ambiental competente;

CLÁUSULA SEGUNDA: O Compromissário assume a obrigação de indenizar os danos ambientais, a título de reparação por ato ilícito, através de doação de R\$5.000,00 (cinco mil reais), em uma única parcela, em benefício da entidade Cantinho Bem-Me-Quer, que possui projeto devidamente cadastrado nesta 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, a ser realizado por meio de depósitos identificados, com vencimento todo dia 10 de cada mês, devendo, para tanto, colacionar os respectivos comprovantes nos autos do Inquérito Civil 06.2018.00002002-2;

CLÁUSULA TERCEIRA: O Compromissário assume a obrigação de somente retirar as árvores esparsas, fora da área de reserva legal, mediante autorização da autoridade ambiental competente;

TÍTULO IV - DAS SANÇÕES:

CLÁUSULA QUARTA: O descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas neste instrumento pelo compromissário implicará, independentemente de notificação, pagamento de multa no valor de R\$1.200,00 (um mil e duzentos reais) a ser recolhida em favor do Fundo Municipal do Meio Ambiente desta comarca, ou, na falta deste, a entidade indicada por esta Promotoria e que tenha, entre os seus objetivos estatutários, a proteção ambiental.

Parágrafo primeiro: A aplicação das penalidades previstas no *caput* se dará com o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, tratando-se de multa sancionatória, e não afasta a execução específica das referidas obrigações, na forma prevista na legislação aplicável.

Parágrafo segundo: O não pagamento da multa sancionatória prevista nesta cláusula, na data fixada, implica em sua execução pelo Ministério Público Estadual, incidindo-se a partir daquela data o índice de correção monetária IGPM, e juros de mora de 1% ao mês.

TÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS:

CLÁUSULA QUINTA: A revogação, total ou parcial, de quaisquer das normas legais referidas neste Termo de Ajustamento de Conduta, sem prejuízo de outras, não alterará as obrigações ora assumidas.

Parágrafo único: A assinatura deste Termo de Ajustamento de Conduta não afasta a competência dos órgãos legitimados para atuação, nem exime do cumprimento das normas legais pertinentes, sendo garantia mínima e não máxima de responsabilidade da Compromissária.

CLÁUSULA SEXTA: O descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta poderá ensejar, além da incidência e cobrança da multa respectiva, a propositura de ação civil pública, a execução específica das obrigações de fazer ou não fazer, a instauração de inquérito policial ou ação penal, bem como outras providências administrativas cabíveis;

Parágrafo único: Este Termo de Ajustamento de Conduta não inibe ou impede que o Compromitente exerça suas funções ou prerrogativas constitucionais ou infraconstitucionais na defesa do meio ambiente ou de qualquer outro direito difuso, coletivo ou individual homogêneo, relacionados direta ou indiretamente com o objeto deste Termo.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este compromisso de ajustamento produz efeitos a partir da sua assinatura e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, e do art. 784, inc. IV, do Código de Processo Civil, bem como, podendo ser feita a homologação judicial do mesmo, em que terá eficácia de título executivo judicial,

na forma do art. 515, inciso III, do Código de Processo Civil, estando a compromissária ciente e de acordo.

CLÁUSULA OITAVA: Este Termo de Ajustamento de Conduta vai impresso em 03 (três) vias de igual teor, assinadas pela Promotora de Justiça, pelo Compromissário e por duas testemunhas. Uma das vias é recebida pelo Compromissário neste ato, uma será juntada ao processo e outra permanecerá em pasta arquivada na Promotoria de Justiça.

Ivinhema/MS, 25 de março de 2019.

JULIANA MARTINS ZAUPA
Promotora de Justiça

Mauro Alves de Souza
Compromissário

Alex Ceolin Antônio
ADV. OAB/MS 20.086

TESTEMUNHAS:

MUNDO NOVO

EDITAL N. 0002/2019/02PJ/MUV

A 2ª Promotoria de Justiça de Mundo Novo/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo relacionado, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida São Paulo n.º 760, Bairro Berneck, Edifício das Promotorias de Justiça de Mundo Novo/MS, bem como sua pesquisa está disponível no sítio <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n.º 06.2019.00000600-2

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Hospital Bezerra de Menezes (Sociedade Beneficente Dr. Bezerra de Menezes)

Assunto: apurar as providências tomadas pelo Hospital Bezerra de Menezes, para sanar as irregularidades encontradas durante vistoria realizada pela Vigilância Sanitária no dia 14/11/2018, a qual constatou possíveis inconformidades sanitárias no Hospital Bezerra de Menezes (Sociedade Beneficente Dr. Bezerra de Menezes).

Mundo Novo, 09 de abril de 2019.

KARINA RIBEIRO DOS SANTOS VEDOATTO
Promotor de Justiça

NAVIRAÍ

EDITAL N.º 0010/2019/02PJ/NVR

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro.

Inquérito Civil n.º 06.2019.00000612-4

Requerente: Ministério Público

Requerido: A apurar.

Assunto: Apurar a notícia da prática de ato de improbidade administrativa, em detrimento do SFPMN, mediante emissão de cheques para pagamento de notas fiscais relativas à aquisição de peças automotivas.

Naviraí, 09 de abril de 2019.

DANIEL PÍVARO STADNIKY
Promotor de Justiça

RIBAS DO RIO PARDO

RECOMENDAÇÃO 0006/2019/01PJ/RRP

SAJMP nº 06.2019.00000539-1

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seu Promotor de Justiça *in fine* assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, em especial com fundamento nos artigos 37, § 3º, inc. II e 129, inciso II, III, VI todos da Constituição Federal; artigo 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985 (Lei da Ação Civil Pública); artigo 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, e artigo 27, inciso I e parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 27, incisos I, “b”, e II, e artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul); artigos 5º e 44 da Resolução nº 15/2007-PGJ, Resolução do CNMP nº 164, de 28 de março de 2017 e art. 8º, incisos II e IV, e art. 6º, inciso XX, da Lei Complementar nº 75/93, que autoriza expedir recomendações, visando a melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, expor e recomendar, para fins de conhecimento, o que segue:

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 deu nova roupagem ao Ministério Público, quebrando o paradigma existente até a Constituição de 1967, garantindo-lhe autonomia e independência funcional em relação Poderes da República;

CONSIDERANDO que a Constituição Democrática de 1988 delineou o Ministério Público como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127);

CONSIDERANDO “*que com base na interpretação lógica e na sua correta e perfeita relação com a interpretação teleológica, verifica-se que a Constituição, ao estabelecer que o Ministério Público é instituição permanente, está demonstrando que a Instituição é cláusula pétrea, que recebe proteção total contra o poder reformador, ao mesmo tempo em que impõe a sua concretização social como função constitucional fundamental*”¹ (g.n.);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, da CF);

CONSIDERANDO que a promoção de inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos é função institucional do *Parquet*;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhe o respeito pelos poderes municipais e por entidades que exerçam outra função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública (art. 27, I e IV, Lei Federal 8.625/93), assim como fiscalizar a fiel observância às leis pela Municipalidade e por seus agentes públicos, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

CONSIDERANDO que a Carta Política de 1988 não só fixou importantíssimas funções ao *Parquet* no sentido de defender os interesses de maior valia à sociedade brasileira, como também lhe deu eficazes ferramentas para o cumprimento dessas funções;

CONSIDERANDO as normas contida na Lei Complementar nº 75/93, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União, prevê em seu art. 6º, inciso XX, que compete ao Ministério Público da União: XX - expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis.

1 ALMEIDA, Gregorio Assagra de. O Ministério Público no neoconstitucionalismo: perfil constitucional e alguns fatores de ampliação de sua legitimação social. In: FARIAS, Cristiano Chaves de; ALVES, Leonardo Barreto Moreira; ROSENVALD, Nelson (organizadores). Temais atuais do Ministério Público. 3ª. Ed. rev. ampl. atual. Salvador : Juspodivm, 2012.p. 60.

CONSIDERANDO que o art. 27 da Lei 8.625/93 determina que cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhe o respeito: (...) IV - promover audiências públicas e emitir relatórios, anual ou especiais, e recomendações dirigidas aos órgãos e entidades mencionadas no caput deste artigo, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito.

CONSIDERANDO que o disposto no supramencionado artigo fora abarcado integralmente pela Lei Complementar Estadual nº. 72, de 18 de janeiro de 1.994 – Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, tendo sido reproduzido em seu artigo 29, inciso IV;

CONSIDERANDO que, conforme definição constante na Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007, a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social;

CONSIDERANDO que, ainda nos termos do art. 44 da Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007, o órgão de execução, nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório poderá expedir recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover;

CONSIDERANDO *“que o estado de direito é um estado constitucional. Pressupõe a existência de uma constituição normativa estruturante de uma ordem jurídico-normativa fundamental vinculativa de todos os poderes públicos. A constituição confere à ordem estadual e aos actos dos poderes públicos medida e forma. Precisamente por isso, a lei constitucional não é apenas – como sugeria a teoria tradicional do estado de direito – uma simples lei incluída no sistema ou no complexo normativo-estadual. Trata-se de uma verdadeira ordenação normativa fundamental dotada de supremacia – supremacia da constituição – e é nesta supremacia normativa da lei constitucional que o (primado do direito) do estado de direito encontra uma primeira e decisiva expressão”²;*

CONSIDERANDO que o art. 37 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a Administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO que *“o Princípio da Moralidade traduz o raciocínio de que a Administração Pública não deve somente obedecer e estar em conformidade com a lei, mas em suas atividades, no seu agir, trilhar nas sendas do que é justo, honesto e probo”³;*

CONSIDERANDO que *“o princípio da impessoalidade estabelece um dever de imparcialidade na defesa do interesse público, impedindo discriminações e privilégios indevidamente dispensados a particulares no exercício da função administrativa”⁴.*

CONSIDERANDO que nas lições de Dirley da Cunha Júnior, *“assim, em referência ao administrado, a atividade administrativa deve ser necessariamente uma atividade destinada a satisfazer a todos, de sorte que a Administração Pública não pode atuar de forma a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, uma vez que é sempre o interesse público que deve nortear o seu comportamento”⁵.*

CONSIDERANDO que nas lições do mencionado doutrinador, no que se refere ao princípio da publicidade, *“este princípio exige uma atividade administrativa transparente ou visível, a fim de que o administrado tome conhecimento dos comportamentos administrativos do Estado. Assim, todos os atos da Administração Pública devem ser públicos, de conhecimento geral”⁶.*

CONSIDERANDO que o artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, prevê que: *“todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão*

2 In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 7ª. Ed. 14 reimp. Edições Almedina : Coimbra – Portugal – 2007. p.245-246

3 MARTINS, Fernando Rodrigues. Controle do Patrimônio Público. 5ª. ed. rev. atual e ampla. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2013. p. 159.

4 MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. Saraiva. 1ª. 2011. São Paulo-SP. Pág. 82.

5 JÚNIOR, Dirley da Cunha. 10ª. Juspodivm. 2011. Salvador-Bahia. Pág. 40.

6 Op. Cit. Pág. 43.

prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado";

CONSIDERANDO que "o direito fundamental de receber informações de interesse coletivo ou geral é, enquanto decorrência do sistema democrático e do modelo republicano, um instrumento indispensável na fiscalização e responsabilização do governo"⁷.

CONSIDERANDO as inúmeras ilegalidades concernentes aos mecanismos de avaliação e divulgação dos resultados da prova prática para o cargo de motorista do concurso público de provas e títulos para provimento efetivo de cargos pertencentes ao quadro permanente de pessoal do Município de Ribas do Rio Pardo;

CONSIDERANDO que inúmeros candidatos trouxeram a conhecimento deste órgão de execução a ocorrência da realização do percurso da prova prática para o cargo de motorista sem nenhuma testemunha dentro dos veículos utilizados, visando a transparência dos mecanismos de avaliação operacionalizados pelos examinadores;

CONSIDERANDO que inúmeros candidatos ao cargo de motorista trouxeram a conhecimento desta Promotoria de Justiça notícia acerca da realização da prova prática por alguns candidatos com veículo automotor de menor porte (Toyota/Hilux), ao passo que outros, teriam sido avaliados em veículo de maior porte (Fiat/Ducato), o que evidentemente dificultou o nível da avaliação para os últimos;

CONSIDERANDO que foram noticiadas pelos candidatos ao cargo de motorista ilegalidades atinentes a realização da prova prática no dia 17 de março de 2019, com início e final do percurso na Escola Municipal São Sebastião, mesmo local onde havia intenso movimento e aglomeração de carros e pessoas em virtude da concretização da prova de títulos para todos os cargos oferecidos no mesmo horário na referida escola;

CONSIDERANDO a notícia trazida pelos candidatos ao cargo de motorista de inúmeros defeitos nos itens mecânicos e de segurança nos veículos disponibilizados para efetivação do percurso atinente a prova prática para o cargo;

CONSIDERANDO ainda, os relatos dos candidatos ao cargo de motorista acerca da ausência de transparência na divulgação dos critérios de avaliação e pontuação instrumentalizados para tornar os candidatos aptos ou inaptos na prova prática do certame;

CONSIDERANDO que as informações constantes no presente feito colocam em cheque a lisura do certame realizado pela Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura – FAPEC, sob fiscalização da Comissão de Concurso Público, por ferimento aos princípios constitucionais explícitos da moralidade, impessoalidade e publicidade, que orientam o funcionamento de todo o regime jurídico-administrativo;

CONSIDERANDO, que em virtude do princípio da autotutela, a anulação de atos ilegais do Poder Público não se configura como uma faculdade do administrador, mas sim um poder dever, não sendo lícito que deixe de efetivar a retirada do ato em desconformidade com o ordenamento jurídico;

CONSIDERANDO, que em decorrência do Poder Hierárquico, a Administração Pública pode rever atos administrativos por ela praticados, corrigindo erros administrativos, pela ação revisora dos agentes superiores dos atos inferiores.

E. CONSIDERANDO, por fim, as informações contidas no bojo do Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000539-1, dando conta de possíveis ilegalidades atinentes a aplicação, avaliação e divulgação do resultado da prova prática do concurso público realizado pela FAPEC para provimento efetivo do cargo de motorista do Município de Ribas do Rio Pardo no ano de 2019.

RESOLVE RECOMENDAR:

À ILUSTRÍSSIMA SENHORA SECRETÁRIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E À CULTURA, para que em conjunto com o EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO DO

⁷ NOVELINO, Marcelo. Direito Constitucional. 6ª. Método.2012. São Paulo. Pág. 531.

MUNICÍPIO DE RIBAS DO RIO PARDO, PAULO CÉSAR LIMA SILVEIRA e integrantes da COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO (já recomendados por meio da Recomendação nº. 0005/2019/01PJ/RRP):

- Anulem a prova prática para o cargo de motorista do concurso público de provas e títulos para provimento efetivo de cargos pertencentes ao quadro permanente de pessoal do Município de Ribas do Rio Pardo;
- Realizem nova prova prática para o cargo de motorista do concurso público de provas e títulos para provimento efetivo de cargos pertencentes ao quadro permanente de pessoal do Município de Ribas do Rio Pardo;
- Observem durante a repetição da prova prática as seguintes medidas: a) disponibilização de tão somente uma categoria de veículo automotor (mesma dimensão e condições de dirigibilidade) para realização do percurso para todos os candidatos; b) disponibilização de veículo automotor em perfeitas condições de uso e funcionamento de todos os itens mecânicos e de segurança durante a concretização da prova prática; c) lotação de pelo menos 02 (duas) testemunhas, dentre as quais deverão estar pelo menos um candidato, para acompanhar e fiscalizar o percurso de dentro do veículo conduzido, com a assinatura de todos no documento de avaliação produzido; d) disponibilização da pontuação perdida na prova prática e critérios de avaliação utilizados no ato de divulgação desta fase do certame.
- Comunique-se a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 03 (três) dias, sobre as providências adotadas.

Adverta-se que o descumprimento injustificado da presente Recomendação acarretará o manejo da ação judicial cabível para anulação dos atos lesivos ao patrimônio público, sem prejuízo da responsabilização por ato de improbidade administrativa, uma vez que restará configurado o dolo e/ou má-fé do ato de Improbidade Administrativa consubstanciado no art. 11 da Lei nº 8.429/92 (descumprimento dos Princípios da Administração Pública, sem prejuízo de eventual apuração de enriquecimento ilícito e dano ao erário (art. 09 e art. 10 da referida Lei), de modo que o Ministério Público Estadual promoverá a responsabilização devida ao agente público ímprobo, não se olvidando da adoção da medida judicial para apuração de responsabilidade criminal.

Para melhor conhecimento e divulgação, determino a remessa de cópias da presente recomendação, além da publicação de seu inteiro teor no Diário oficial do Ministério Público:

- Ao Presidente da Câmara de Vereadores da Comarca, para fins de conhecimento;
- Ao Presidente do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para fins de conhecimento;
- À Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para fins de conhecimento;
- Ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social, para ciência.

Por fim, notifique-se o destinatário de que deverá publicar a presente Recomendação em veículo adequado, conforme previsto no art. 45, parágrafo único, da Resolução nº 015/2007-PGJ, bem como informar a esta Promotoria de Justiça da Comarca de Ribas do Rio Pardo, no prazo de 03 (três) dias, a contar do recebimento do presente, o acatamento ou não da presente e, em caso positivo, encaminhar cópia da documentação comprobatória.

Ribas do Rio Pardo, 08 de abril de 2019.

GEORGE ZAROUR CEZAR
Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

NIOAQUE

EDITAL N° 06.2019.00000626-8

A Promotoria de Justiça da Comarca de Nioaque/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, cidade e Comarca de Nioaque.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000626-8.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural de Nioaque (Jorge Fernandes Lemes) e proprietário e gerente da Fazenda Jatobá II.

Assunto: Apurar a prática de atos de improbidade administrativa por parte do Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural de Nioaque, Jorge Fernandes Lemes, em concurso com o proprietário e o gerente da Fazenda Jatobá II, mediante fornecimento ilegal de tratores e servidores municipais para prestação de serviços particulares à aludida propriedade rural.

Nioaque, 09 de abril de 2019.

MARIANA SLEIMAN

Promotora de Justiça